

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.305, DE 2008

Dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação pela administração Pública de serviços de publicidade e dá outras providências.

Autor: Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO.

Relator: Deputado MILTON MONTI.

I - RELATÓRIO

Apresentado pelo Deputado José Eduardo Cardozo, o Projeto de Lei nº 3,305, de 2008, tem como propósito fixar regras específicas para licitações e contratos relacionados com serviços de publicidade prestados ao Poder Público.

A **Justificação** da proposição apresenta as seguintes razões motivadoras para sua aprovação:

Tem a nossa experiência recente nos mostrado que a ausência de um tratamento normativo específico para essa matéria possibilita que, nesse campo, grandes arbitrariedades ocorram em todo o país. Empresas de publicidade contratadas com óbvio favorecimento, com base em critérios de julgamento subjetivos, contratos que encobrem a possibilidade de novos ajustes imorais com terceiros, pagamentos indevidos, desvios de verbas públicas destinadas à publicidade com fins patrimoniais privados ou para custeio de campanhas eleitorais são apenas alguns exemplos de transgressão que compõem um cenário já bem conhecido nos dias em que vivemos.

Para corrigirmos, no plano legislativo, estas lacunas, apresentamos o presente projeto de lei, cujo objetivo é o de fixar regras próprias e diferenciadas para as licitações e para a execução de contratos de serviços de publicidade firmados pelo poder público. Nele, propomos a introdução normativa de uma definição clara e objetiva do conceito de serviço de publicidade, excluindo-se do seu objeto serviços de outras naturezas, tais como os de assessoria de imprensa e de realização de eventos, que passarão a ter de ser licitados por meio de procedimentos autônomos.

Para evitar a condução imoral de procedimentos licitatórios, propomos nesse projeto a redefinição da formação das comissões responsáveis pelo processamento e julgamento destas licitações, que obrigatoriamente terão de ser compostas por pessoas escolhidas por sorteio, incluindo-se especialistas na matéria que não mantenham qualquer vínculo funcional ou contratual com o poder público.

Dentro dos mesmos objetivos, o projeto busca, ainda, alterar o processamento da licitação de serviços de publicidade, fazendo com que, durante o julgamento da proposta técnica sejam desconhecidos, dos membros da comissão de licitação, os autores das propostas que serão julgadas.

Finalmente, ao lado ainda de outras mudanças moralizadoras, por meio desta propositura legislativa, se buscará alterar radicalmente os mecanismos de controle da execução desses contratos. Passarão a ser exigidos o cadastramento de fornecedores das empresas de publicidade contratadas, a realização de orçamentos prévios, a disponibilização de dados da execução dos contratos pela rede mundial de computadores, para assegurar-se a transparência e a possibilidade de ampla fiscalização pela sociedade, e a satisfação maior da moralidade administrativa.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentados emendas ao Projeto de Lei nº 3.305, de 2008.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe agora a esta comissão, consoante o disposto no art. 32, inciso XVIII, alínea “o”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, manifestar-se sobre o mérito da proposição.

A constituição federal, em seu art. 37, **caput**, discrimina os princípios basilares que devem orientar a atuação da Administração Pública, entre os quais figuram os **princípios da moralidade e da eficiência**. Por outro lado, em seu art. 70, **caput**, o texto constitucional faz menção ao **princípio da economicidade**.

O projeto de lei nº 3.305, de 2008, de autoria do Deputado José Eduardo Cardozo, apresenta indiscutível correlação com os princípios anteriormente mencionados. Com efeito, a proposição, em seu contexto normativo, deixa patente a busca pela eficiência do setor público, na área de licitações e contratos de publicidade, sem, contudo, abdicar da indispensável observância da moralidade no trato da coisa pública. Além disso, o aperfeiçoamento das licitações e contratos relacionados com serviços de publicidade, irá contribuir para a melhora da qualidade do gasto público nesse campo, resultando em economicidade para as fazendas estatais, com despesas menores e serviços de qualidade superior.

O projeto de lei em exame, com o propósito de evitar desvirtuamentos nas licitações de serviços de publicidade, **institui criteriosa sistemática de seleção de projetos de publicidade e de controle da execução dos contratos decorrentes**, devendo, entre outros pontos, ser destacados os seguintes:

- Composição da comissão especial de licitação feita por sorteio, em sessão pública, com a escolha de cinco membros entre quinze cadastrados, **o que permite a prevalência do princípio da impessoalidade**.
- Utilização de metodologia para recebimento de propostas técnicas (partes dissertativa e artística) que impeça a prévia identificação dos proponentes, o que enfatiza, mais uma vez, o princípio da impessoalidade.

- Adoção obrigatória de licitação dos **tipos “melhor técnica”** ou **“técnica e preço”**, em atenção aos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade.

Todos esses elementos atestam a nítida pretensão moralizadora e a feição de modernização contidas no Projeto de Lei nº 3.305, de 2008.

Dessa forma, por todo o exposto, manifestamo-nos **pela aprovação** do Projeto de Lei **nº 3.305**, de 2008, com fundamento no art. 129, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado MILTON MONTI
Relator